

A história que poucos conhecem

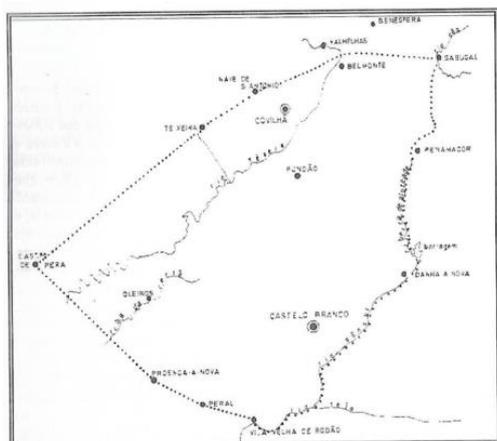
O castelo e a cerca urbana da Covilhã



Por: Laura Barreiros Barão
Leonor Pais Ambrósio
Grupo C

A Covilhã fica situada na vertente nascente da Serra da Estrela, a uma altitude de 550 a 750 metros, entre a ribeira da Degoldra, a sudoeste, e a ribeira da Carpinteira, a noroeste. Considerada “uma terra de contrastes e de transição” (Vicente, M^a, 2012:19), marcada pela interioridade, pela Serra da Estrela e pelo extenso vale da Cova da Beira, as origens da cidade são desconhecidas, sabendo-se no entanto da presença de fixação humana na região, desde tempos pré romanos e romanos. De acordo com Isidoro, A. e outros (1986: 27) citando Vasconcelos, J. Leite, “a Covilhã foi um castro romanizado que adquiriu o direito de município romano” e segundo Vicente, M^a (op.cit.:21) “aos romanos ficaria associada Sília Hermínia, segundo a tese de Heitor Pinto, que para alguns autores seria a primitiva Covilhã”. A presença de Godos e Suevos é associada a uma lenda que está na origem do nome Covilhã, a partir de Cava Juliana, povoação esta que teria sido destruída por ocasião da invasão dos mouros. “D. Afonso III, rei das Astúrias, reconquistou-a aos mouros para a perder novamente no final do seu reinado. É possível que voltasse à posse cristã durante o reinado de Fernando Magno na segunda metade do séc. XI” (Isidoro, A. e outros, op. cit.: 27). Por altura da reconquista, as terras da Beira sofriam investidas alternadas de cristãos e mouros, pelo que era difícil a fixação de povoação e, aquando da fundação de Portugal por D. Afonso Henriques, esta zona tornou-se muito importante como uma espécie de barreira estratégica para a consolidação e progressão do reino. Tanto o 1º rei como o seu filho D. Sancho I tiveram uma política de defesa e povoamento destes territórios reforçando fortificações e atribuindo Cartas de Foral pois tratava-se de uma “larga faixa de terra encravada entre duas linhas de fronteiras inimigas: uma com o mundo cristão (Leão e Castela) e outra com o Islão” (Vicente, M^a; op. cit.:22). De acordo com Alexandre Herculano, referido por M^a Vicente, nesta altura a Covilhã já estaria organizada ou pelo menos seria uma povoação com algum tipo de estrutura comunitária e com capacidade de organização pois só assim se explica que lhe tivesse sido atribuído um termo tão extenso no foral de 1186, por D. Sancho I. Pela sua localização geográfica, a Covilhã teria tido um papel muito importante na organização, povoamento e defesa de zonas recentemente conquistadas e na preparação de novas conquistas a sul do rio Tejo. Durante a Idade Média a Covilhã é sempre intitulada de vila e só subirá à categoria de cidade no século XIX.

Fig. 1: Mapa do provável alfoz primitivo da Covilhã



Fonte: Isidoro, A. e outros; (1988) “Do foral à Covilhã do séc XII” (mapa V)

Fig. 2: Mapa de Portugal assinalando o termo covilhanense (1186)

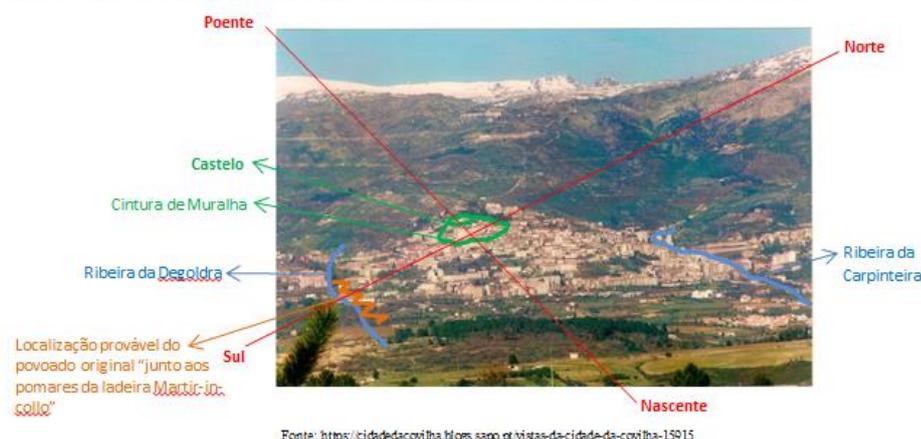


Fonte: Isidoro, A. e outros; (1988) “Do foral à Covilhã do séc XII”(mapa VI)

De acordo com numerosos autores como Vicente, M^a (op.cit.) e Pinheiro, Elisa (s/ data) citando Moura Quintella (1899) e Frei Manuel da Esperança (séc. XVII), o povoado original situava-se na parte mais baixa da cidade atual, junto aos pomares da ladeira Martir-in-Collo. Segundo Mathias M. (s/ data: 36) “a exposição do terreno para Sudeste oferece ao local boas condições habitacionais. Existem linhas de água (...) porém, más condições de defesa”. Poderiam ter sido estas razões que levaram a que, aquando da doação do foral por D. Sancho I, em 1186, a povoação começasse a fixar-se numa zona mais elevada da encosta, instalando-se junto ao castelo e à cerca, já mandados construir pelo mesmo rei que deixou no seu testamento “86035 soldos e pipiões para os muros das vilas da Covilhã, de Coina e de Coruche”.

O conjunto do castelo e das muralhas teria um impacto marcante pois situava-se no topo de uma colina da vertente da serra, numa localização privilegiada, com grande visibilidade para poente, sul e nascente, ficando a encosta da serra para norte. De toda a Cova da Beira e Gardunha se avistaria também, facilmente, tal construção defensiva imponente.

Figura 3: Localização geográfica de pontos importantes da vila medieval em mapa da Covilhã atual (1)



As declarações mais antigas que descrevem a antiga cerca urbana e castelo da Covilhã são do padre Manuel Cabral de Pina. Na sua Memória sobre a Covilhã feita em 1734 refere: “Esta Villa é murada. Os muros são de cantaria tosca, fechada e lavrada, e terão d’altura trinta palmos”. A muralha, que teria então

uma altura média de 6 metros, era formada por grandes pedras de granito, muito abundante na zona. Constituída por pano interior e pano exterior que lhe dão uma largura considerável, entre 3,30 e 3,60, “pois em partes tem tocas do comprimento de quinze palmos e outras de dezoito” (Pina, Manuel; op. cit.), que permitia um caminho da ronda no seu topo, que ainda se descobre em pequenos troços. Isidoro A e outros (1986:32) referem-se a uma descrição de Carvalho Dias, L. (1958) que, por sua vez cita documentos de 1758. Esta diz-nos que a cintura formava uma espécie de um trapézio com os cantos arredondados e “tem muros (...) e tudo de pedra de cantaria lavrada; nele se acham cinco portas grandes, com seus torreões: duas para nascente chamadas da Vila e do Sol; a terceira para Sul denominada de S. Vicente; a quarta para Norte com o nome de Altravelho; a quinta para poente chamada do Castelo, junto à qual, em sítio mais superior está uma eminente torre chamada a de homenagem, com cinco quinas (...). Nos mesmos muros existem ainda quatro postigos: o da Pouza, o do Rosário, o da Barbacã e o de Terreiro D. Tereza”. Podemos completar a informação com dados fornecidos pelo documento citado do padre Manuel Pina que nos diz que “A (porta) chamada do Val de Carvalho (ou Altravelho) era constituída por “duas torres (...) pouco mais altas que elle: quadradas, e bem feitas”. Contudo, no ano de 1734, ano em que o documento

(1) Esquema elaborado por nós para visualizar a localização do primitivo povoado, da cerca e castelo da Covilhã, na Covilhã atual.

foi escrito, já se encontravam um pouco deterioradas: “uma das quaes torres está inteira e a outra está demolida até meio” (Cabral Pina, Op.cit.). “(...) A porta chamada do sol para o nascente” incluía na sua construção “duas torres semelhantes às acima relatadas”. Nesta porta, verificamos uma maior destruição nas torres: “uma das quaes está inteira e a outra está demolida até ao chão”. “A (...) porta chamada de S. Vicente para o poente (...) apresentava duas torres. (...) Apesar de ambas estarem inteiras, uma tem alguma abertura (...) porém a outra tem uma grande abertura e ameaça ruína”. “A quarta é a porta chamada do Castello, por estar no cimo do mesmo Castello sita entre o poente e o norte e tem duas torres uma das quaes é como as de acima e a outra tem cinco quinas e terá uma altura de quasi 100 palmos”, ou seja, cerca de 22 a 25 metros. Quintela (1899: 84) acrescenta que esta torre tinha “190 palmos de circunferência”, ou seja cerca de 45 metros, sendo 9 metros de cada um dos 5 lados. Esta torre, diferente das outras que já foram descritas, seria “a torre propria do Castello da Villa” (Cabral Pina, Manuel, 1734) e, do lado de dentro do Castelo tinha “uma porta pequena (...) e para esta porta havia um Balcão com escadas”⁽²⁾. De acordo com este autor, este castelo teria ainda “dous fortes por modo de torres sahidas para fora da parede” (op. cit.), voltadas para nascente, um dos quais teria ruído com o terramoto, de acordo com Quintela (1899). Mathias M. (s/ data: 45) refere que a existência de uma porta flanqueada por duas torres virada para nascente lhe parece pouco provável, no entanto acrescenta que permite a conclusão da existência isolada do castelo (...) e a sua integração no sistema defensivo da cidade, mais tarde”. De acordo com Ana Saraiva e outros (2013), a construção das suas muralhas terá ocorrido em 1188-1189, quando D. Sancho I realizou “obras nas muralhas da Covilhã”. Em 1300, as mesmas muralhas foram novamente “restauradas e ampliadas (...) por D. Dinis” (op. cit.) e durante estas obras foram construídas três das cinco portas que constituíam a cerca urbana: “a Porta do Sol, a de Caravelho a de São S. Vicente” (op.cit.). Entretanto, a cintura de muralhas foi sofrendo degradação ao longo do tempo e, em determinados momentos eram necessárias obras de restauro. Em 1453, mais precisamente no dia 4 de junho, D. Afonso V toma a decisão de mandar reparar as muralhas “devido ao mau estado em que se encontravam” (op. cit.). Carlos Madaleno transcreve diversos documentos da chancelaria de D. Manuel I que referem que no ano de 1505, com este rei, também senhor da Covilhã, as muralhas são alvo de uma campanha de obras que se prolonga até ao final deste reinado tendo sido “concedida uma mercê a Álvaro Figueiredo, escudeiro do alcaide-mor, D. Rodrigo de Castro, para exercer o cargo de escrivão dos muros e castelo da Covilhã”⁽³⁾. Em 1519 é, pela primeira vez, mencionado o “vedor das obras dos muros e fortalezas da vila da Covilhã” António Cardoso. Em 1614, a construção do edifício filipino da câmara municipal junto às Portas da Vila, integrou uma das duas torres dessa porta, sendo que a outra, tinha já desaparecido na altura (Quintella, 1899: 84). No ano de 1641, devido ao estado lamentável das muralhas, os procuradores da Vila da Covilhã, Francisco Botelho da Guerra e João de Sousa Falcão, apresentaram um pedido às cortes para que as mesmas fossem restauradas: “... os muros e fortalezas que antigamente fizeram para a sua defesa, em tempos de guerra, estão desbaratados em algumas partes. (...) Pedem a V. Mage mande acudir e reparar as ditas fortalezas...” (Pires, 1983: 9-11).

(2) Durante a nossa pesquisa, procuramos imagens de construções militares semelhantes e da mesma época na nossa região, para tentarmos compreender melhor como seria a estrutura do nosso castelo e cerca e, ao visualizarmos imagens do castelo do Sabugal, encontramos muitas semelhanças com as descrições dos documentos, nomeadamente o que respeita à torre de menagem e porta do castelo. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2530

(3) ANTT-Chancelaria de D. Manuel I Liv.8,fl.3v,fl.98; liv.36,fl.122. Doc.transcritos por Carlos M., com as normas da grafia atual.

De acordo com documento transcrito por Carlos Madaleno, a reparação foi então motivada pelas guerras que se esperavam com os Castelhanos: “Eu el Rei faço saber aos que este alvará virem que havendo respeito ao que me enviaram dizer por sua petição Francisco Botelho da Guerra e João de Sousa Falcão procuradores que foram das cortes da vila da Covilhã, (...) que a dita vila está quase em fronteira de Castela por distar somente coisa de 7 léguas que os muros e fortalezas que antigamente se fizeram para sua defesa estavam desbaratados em algumas partes, e prevendo as guerras que se esperam com os Castelhanos começaram a mandar reparar algumas quebradas, que por serem grandes e haverem mister em seu reparo (...) para sua defesa era necessário se reporem e se reparassem (...), pediram-me lhe mandasse acudir e reparar as ditas fortalezas. Manuel da Silva o fez em Lisboa a 28 de fevereiro de 1654, João da Costa Travassos o fiz escrever // Rei”⁽⁴⁾

Apesar de tudo, a muralha e castelo continuaram num processo de degradação, tendo o terramoto de 1755 provocado grandes danos. Gabriel Santos, citando os Inquéritos pombalinos 1758, refere: “Tem esta vila muro em todo o circuito da freguesia de Santa Maria com sua fortaleza, e castello, quazi tudo já arruinado e em partes destruído de todo, e a torre mayor cahio methade della este presente anno, e parece foy ruina do terramoto (...)”. Já em 1769 iniciou-se a demolição sistemática, por ordem real, para se aproveitarem as pedras das muralhas para a construção da nova Real Fábrica dos Tecidos, como mostra uma carta régia que foi dirigida ao Juiz, Vereadores e oficiais da câmara da vila da Covilhã “Sou servido ordenar-vos que mandeis entregar a ordem do Superintendente da mesma fábrica André Lombardy toda pedraria dos muros cahidos dessa villa para a construção do edifício da nova fábrica a que se deve proceder sem perda de tempo” (Quintella, 1899: 102-103). De 1853 chegam notícias da demolição dos restos de uma torre e muralha da antiga cerca da vila, numa publicação de uma revista de Lisboa referida por Rosas, L. (1995:420): “Outro facto vandálico se deu ultimamente na villa da Covilhã, e que pertence a história da câmara transacta; a qual por mero arbítrio se ordenou a demolição dos restos de uma torre e muralha da antiga cerca da vila (...)”. Ainda durante o séc. XIX a zona do castelo sofreu uma grande descaracterização. Foi construído o estendedouro de lãs, “uma área inclinada e pavimentada com blocos graníticos, alguns deles provavelmente das muralhas do castelo, que se destinava à secagem da lã lavada” (Mathias, M. S/d:45) que servia diversas fábricas que foram implantadas quer no interior da alcáçova quer encostadas ao pano exterior da muralha do lado nascente. No séc. XX as demolições continuaram. Pelos anos 50, verificou-se a demolição do edifício filipino da câmara para a construção dos edifícios da nova Câmara Municipal, Caixa Geral de Depósitos e CTT, o que levou ao desaparecimento de mais alguns panos ainda existentes.

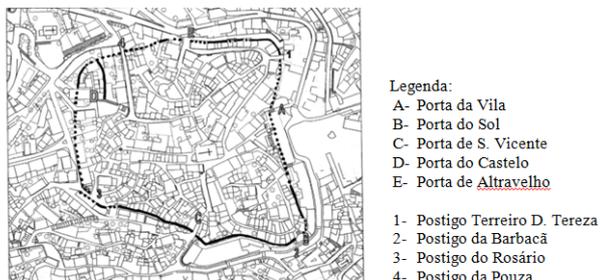
Hoje pouco resta desta que terá sido uma construção militar defensiva surpreendente. Apenas alguns panos de muralhas (parte deles ocultados por outras construções), algumas indicações na toponímia (Travessa do Postiguinho, Rua da Barbacã, Rua do Castelo, Beco do Castelo, Escadas do Castelo) e os registos de alguns documentos, que nos permitem imaginar e sugerir uma possibilidade de traçado completo da alcáçova e da localização da Porta do Castelo, mas que não pode ser de todo comprovada, sem os necessários trabalhos arqueológicos. Dos panos que restam destacamos um bastante significativo voltado para nascente junto à barbacã e Portas do Sol, parte dele tapado pelo mercado municipal; um pedaço de muralha, no seguimento das Portas do Sol para o atual edifício da Câmara Municipal, por detrás da Rua António Augusto de Aguiar; um troço com algum impacto na Rua do Norte, a partir de onde seria o Postigo do Terreiro D. Tereza, até onde

(4) ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre de Tombo, liv.22, fl.390. Doc.transcritos por Carlos M., com as normas da grafia atual.

seriam as Portas de Altravelho, alguns panos de muralha e/ou de suporte na zona do castelo, virado para poente, acompanhando a Calçada de Sta Cruz; um pano de muralha do castelo, virado a nascente, paralelo à Rua Pedro Alvares Cabral e, por fim, um outro pano de muralha que desce a Rua Cristóvão de Castro e que está tapado por diversos prédios.

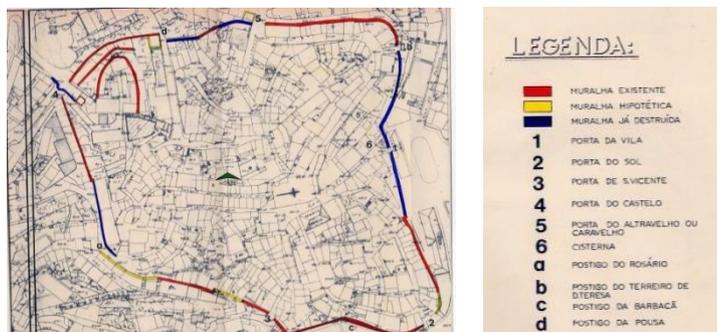
De seguida mostramos 3 propostas de identificação das muralhas e cerca da Covilhã ⁽⁵⁾.

Figura 4: Centro Histórico da Covilhã



Fonte: Mathias, M. (s/data) Achegas da arqueologia à História da Covilhã

Figura 5: Muralhas e castelo da Covilhã



Fonte: Serviço de urbanismo, 1986; Arquivo Municipal da Covilhã

Figura 6: A nossa proposta de recriação das muralhas e castelo da Covilhã



Para tentarmos reconstituir esta velha estrutura defensiva, temos que fazer um circuito à volta do que resta desta construção, procurar vestígios, ler os documentos que nos chegam do passado e que descrevem essa estrutura, procurar na região outras fortificações semelhantes e da mesma época que nos forneçam algumas pistas, tentar encontrar alguns relatos de informações de habitantes mais idosos que tenham recordações e histórias antigas, analisar mapas, cartas e plantas da cidade e comparar com plantas propostas por alguns investigadores, ouvir as opiniões de historiadores, arqueólogos e outros investigadores. Muito importante também seria a sensibilização das autoridades responsáveis para se realizarem estudos e acompanhamentos arqueológicos.

(5) A 1ª proposta que apresentamos (imagem 2) é a do professor Mathias, a 2ª (imagem 3) do serviço de urbanismo da Câmara da Covilhã e a 3ª que é a nossa própria proposta. Esta, que pretende ser apenas uma proposta de interpretação nossa, resultou de grande debate com os especialistas e professores que nos ajudaram, com todos os colegas nossos que participaram com trabalhos neste concurso, depois de termos analisado documentos, mapas e visto vídeos do youtube de outros castelos da região, nomeadamente do Sabugal transcritos por Carlos Madaleno.

Bibliografia

- Isidoro, A. e outros (1986); Do foral à Covilhã do séc. XII; Oficinas Gráficas do Jornal do Fundão
- Pina, M. Cabral de (1734); “*Memória sobre a Covilhã*”, in Lanifícios Boletim Mensal da Federação Nacional de Lanifícios, Ano 13, 145-147. Lisboa 1962
- Quintella, Arthur de Moura (1899); Subsídios para a Monografia da Covilhan. Reedição em fac-simile pela Associação de Estudo e Defesa do Património histórico-cultural da Covilhã em 1990
- Rosas, L. (1995) Monumentos pátrios – património e restauro (1835-1928) 2. Catálogo Analítico e Anexo Documental
- Santos, Gabriel dos (1758); Covilhã em 1758, Inquéritos Pombalinos
- Saraiva, Ana; Madaleno, Carlos D.; Pinheiro, Elisa (2013) História da Covilhã, Datas, Figuras e Factos. Vol. I. Câmara Municipal
- Vicente, M^a da Graça, (2012), Covilhã Medieval. O espaço e as Gentes (Séculos XII a XV), Edições Colibri/Academia Portuguesa de História

Webgrafia

- Mathias, Michael, (s/ data); *Achegas da Arqueologia à História da Covilhã: o património urbano e a cintura das muralhas*; Revista on-line do Museu de Lanifícios da UBI, 31,
<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.michael-mathias-arqueologia-urbana.pdf>
- Muralhas da cidade da Covilhã, Património Cultural, DGPC- SIPA
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2530
- Pinheiro, Elisa C. e Silva, M. J. (s/ data); *A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva. Algumas notas sobre a (re)construção das memórias industriais da Cidade*; Revista on-line do Museu de Lanifícios da UBI,
<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-pinheiro-elisa-silva-manuel-santos-a-covilha-paisagem-cultural-evolutiva.pdf>